



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS: DO PIB AO FIB

Graduando: Fernando Queiroz

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Togeiro de Almeida

Banca Examinadora: Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande

Araraquara

2015

Fernando Queiroz

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS: DO PIB AO FIB

Monografia apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas.
Orientadora: Prof^ª.Dr^ª Luciana Togeiro de Almeida.

Araraquara

2015

RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em explorar as formas de mensuração do desenvolvimento econômico, surgidas nas últimas décadas, bem como a ampliação dos fatores que o analisam para além de mero crescimento do produto. Assim, é feita uma discussão a respeito do surgimento de índices e indicadores, que passaram a considerar fatores como bem-estar, qualidade de vida e proteção ao meio ambiente, mudando a análise de meramente quantitativa para uma análise qualitativa do desenvolvimento. Além disso, para que se tenha mais clareza a respeito do desenvolvimento, bem como dos indicadores que buscam qualificá-lo, o trabalho busca esclarecer as abordagens de desenvolvimento tradicionais e seus respectivos indicadores - desde o PIB até os alternativos, como o FIB.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Indicadores.

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

FIGURA 1: CÁLCULO DO PIB.....	12
FIGURA 2: PIB PER CAPITA.....	13
FIGURA 3: COLETA DE DADOS PARA O CÁLCULO DO PIB.....	14
FIGURA 4: PIB: MUNDO X BRASIL.....	14
FIGURA 5: PIRÂMIDE DE FORMAÇÃO DE ÍNDICES.....	22
FIGURA 6: VALORES MUNDIAIS DO IDH.....	27
FIGURA 7: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO PLANETA VIVO (LPI).....	33
FIGURA 8: A FELICIDADE NO MUNDO EM 2014.....	39
FIGURA 9: FIB EM 2014.....	41

TABELAS

TABELA 1: AS CINCO DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	19
TABELA 2: RESUMO DE PRÓS E CONTRAS NA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES COMPOSTOS.....	23
TABELA 3: IDH EM 2013.....	40

SUMÁRIO

RESUMO	2
ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS	3
CAPÍTULO 1 - A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	7
1.1 O que é desenvolvimento econômico?	8
1.2 Como o desenvolvimento econômico evoluiu ao longo da história.	15
1.3 Surgimento do Conceito: "Desenvolvimento Sustentável"	16
CAPÍTULO 2 - INDICADORES ALTERNATIVOS COMO FORMA DE MEDIR O DESENVOLVIMENTO	21
2.1 O que são indicadores?	21
2.2 Indicadores Sociais	24
2.3 Marcos no Debate e Tipos de Indicadores de Sustentabilidade.	28
2.3.1 Conferência de Estocolmo em 1972.	28
2.3.2 Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento em 1987.	29
2.3.3 Conferência das Nações Unidas do Rio de Janeiro em 1992.	30
2.3.4 Comissão sobre as medidas do desempenho econômico e progresso social – J. Stiglitz, A. Sen e J-P. Fitoussi, em 2004.	30
2.3.5 Rio+20 em 2012.	31
2.3.6 Indicadores de Sustentabilidade.	32
2.4 Felicidade Interna Bruta (FIB)	36
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

As discussões a respeito de como mensurar o desenvolvimento econômico de um país têm evoluído de maneira significativa nas últimas décadas. Até meados da década de 1960, um país era considerado desenvolvido pelo simples fato de ter o maior Produto Interno Bruto (PIB), ou seu correspondente *per capita*. Um marco recente, que revolucionou a forma de analisar um país, foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual teve início em 1990, ou seja, estamos nos referindo a um histórico bastante recente.

O IDH, bem como outros índices, surgiu da provocação de economistas (como: Amartya Sen e MahbubulHaq) e até figuras políticas (como o Rei Jigme Singye Wangchuck) sob a forma de “rotular” um país. Este trabalho analisará diversos indicadores e todos eles estão ligados aos questionamentos que motivaram a criação de uma nova forma de mensurar o desenvolvimento de uma nação, pois são estes questionamentos que se comportam como os insumos para uma evolução contínua destes índices. Hoje, dada a velocidade com o que os fatos acontecem e a quantidade de informações disponíveis, mais do que nunca as variáveis que mensuram o grau de desenvolvimento precisam estar sempre atualizadas e condizentes com os quesitos que julgamos necessários para avaliar se um país é realmente desenvolvido, subdesenvolvido ou configura-se em processo de desenvolvimento.

Vamos observar que à medida que um novo indicador é criado diminui-se a importância da renda para definir o desenvolvimento de um país e dá-se maior relevância ao bem-estar da população. Devemos analisar a forma como esta renda está distribuída nas classes sociais; a parcela dela que a população necessita gastar para satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação e transporte; a ação do governo em relação à desigualdade entre classes, entre outros. Além disso, outro passo importante é trazer novos aspectos que são capazes de mensurar o grau de amadurecimento de um povo, analisando fatores como o Meio Ambiente (utilização da Pegada Ecológica), Liberdade de Expressão (analisar índices de intolerância religiosa, discriminação de homoafetivos, disparidades entre etnias, etc.), Educação/Inovação (analisar relatórios de investimento em P&D, criação de Patentes, publicações de artigos, prêmios Nobel da ciência, etc.), Economia (Risco País, Grau de Endividamento Externo, Empresas Nacionais, etc.); Política (Índice de Corrupção), entre outros.

Com isso, este trabalho seguirá a ordem cronológica do surgimento de cada um dos indicadores que serão abordados na análise, trazendo um debate antigo à atualidade, e buscando demonstrar que, à criação de um novo índice, surgiam com ele, limitações e novos questionamentos, afinal, o cenário socioeconômico está em constante evolução.

CAPÍTULO 1 - A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No período que antecedeu a primeira guerra mundial, o mundo vivia um momento de grande progresso econômico e tecnológico chamado de *“Belle Époque”*. Neste período, a metodologia de avaliação do desenvolvimento econômico consistia em mensurar a quantidade de riqueza de um país. Assim, o mundo se dividiu em dois e no hemisfério norte, separados pela linha do desenvolvimento, os países ricos tentavam impor sua doutrina sobre os países pobres. Esta imposição, a competição pelo mercado internacional e o investimento em tecnologia de guerra foram alguns dos fatores que motivaram a primeira grande guerra.

Após a segunda guerra mundial, com o desenvolvimento da indústria e o aumento de ganhos em escala de produção, as sociedades capitalistas mudaram drasticamente seu patamar de consumo. Iniciou-se o processo de globalização e as fronteiras foram flexibilizadas a favor do comércio internacional. Ter uma produção de algo nativo já não era mais tão exclusivo assim; era necessário fazer mais para conquistar uma maior parcela do mercado mundial. Neste momento o indicador mais utilizado mundialmente era o Produto Interno Bruto (PIB).

No mesmo ano que marcou o final da Segunda Guerra Mundial, outro marco importante aconteceu, quando tivemos a divulgação do documento de maior relevância no que tange a questão de desenvolvimento econômico, que foi a Carta das Nações Unidas, divulgada em abril de 1945, na conferência de São Francisco. Foi neste mesmo ano e nesta mesma cidade que houve a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha como um de seus objetivos a manutenção e melhoria dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir com a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos.

Entretanto, para melhorar a qualidade de vida era necessário ter informações quantitativas, só assim seria possível estabelecer um parâmetro de comparação para analisar se as medidas adotadas pelos governos, com o apoio da ONU, teriam influências positivas no cotidiano da população. Surgiu então a necessidade por parte dos economistas de criar mecanismos para medir o desenvolvimento econômico dos países, afinal, havia a necessidade de uma metodologia que possibilitasse compará-los e constatar uma possível evolução ou regressão econômica deles ao longo do tempo.

Analisar desenvolvimento econômico não é algo trivial. Além de contrapor diferentes correntes de pensamento, existe ainda o desafio de utilizar indicadores sempre atualizados para retroalimentar o modelo com o passar do tempo.

Certamente, um modelo que exercia plenamente sua função antes da primeira guerra mundial, não cumpriria mais seu papel na análise do grau de desenvolvimento de uma nação durante a crise de 2008, afinal, antes tínhamos uma sociedade agrária que iniciava seu processo industrial e depois nos deparamos com uma indústria altamente mecanizada e um setor terciário com grande relevância. Por isso que o debate sobre formas de mensurar o desenvolvimento econômico será sempre recorrente, afinal os modelos deverão ser recalibrados a fim de refletirem de maneira mais fidedigna a realidade de uma nação em diferentes cenários.

O objeto de estudo deste material é relatar estas mudanças e analisar como elas influenciaram nos modelos de mensuração de desenvolvimento econômico.

1.1 O que é desenvolvimento econômico?

Meier e Baldwin (1968) definiram desenvolvimento econômico como um processo através do qual a renda nacional de uma economia aumenta durante um longo período de tempo. Assim, alguns autores atribuíam como desenvolvimento apenas os incrementos constantes no nível de renda, sem se preocupar com a distribuição desses aumentos. Dessa forma, muitas pessoas passaram a considerar como sinônimos os conceitos desenvolvimento e crescimento econômico.

Para Furtado, sob o prisma econômico, desenvolvimento consiste basicamente no aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade (FURTADO, 1961, p.115-116).

Para Vasconcellos e Garcia (1998), o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Em outras palavras, para estudar desenvolvimento, de qualquer natureza, é necessário olhar um período histórico. Precisamos ver se existe alteração (melhoria ou piora) com o passar do tempo e em resposta às diferentes estratégias políticas adotadas pelos governos. Só assim será possível avaliar se a diretriz adotada em um momento foi melhor que em relação a outro, ou mesmo pensar em criar um índice para comparar o grau de desenvolvimento de diferentes nações. Outro ponto importante é a constante preocupação em adequar a forma de mensurar o desenvolvimento do país no decorrer do tempo. As alterações sistemáticas são necessárias, pois as estratégias dos governos são repensadas frequentemente, e para que seja identificada alguma melhoria ou piora, é importante tornar os dados comparáveis.

As melhorias no desenvolvimento de um país estão totalmente ligadas às estratégias de governo; por exemplo, caso um país tenha a real pretensão de tornar-se competitivo no mercado internacional, este deverá traçar um plano de trabalho focado em estratégias para manutenção de uma base que seja capaz de sustentar os pilares da economia. Trazendo este raciocínio para o cenário econômico atual, um país sem credibilidade no âmbito político pode apresentar-se de maneira extremamente competitiva em diversos setores produtivos e até exibir taxas de crescimento da economia de maneira progressiva e sistemática, mas nunca ocupará uma posição confortável no denominado grau de investimento, que nada mais é do que uma nota concedida pelas agências de classificação de risco, que indicam a capacidade de uma economia em saldar sua dívida interna e externa. Esta nota é composta por diversos fatores políticos e econômicos como, por exemplo: reservas internacionais, solidez da economia e estabilidade política, além de fatores sociais como liberdade de expressão e a forma como a renda é distribuída para a população.

Para exemplificar melhor o pensamento, podemos traçar um paralelo para a situação de uma empresa, que busca meios de financiamento para aumentar sua capacidade produtiva. Ao recorrer a uma instituição financeira, esta irá avaliar uma gama de informações para concessão de crédito, tais como: classificação de crédito da empresa e dos sócios, o tempo de fundação e relacionamento com o banco, faturamento e garantias que possam agregar à operação, endividamento e a forma como o risco está distribuído entre os produtos de crédito, entre outros. Caso a opção de captação seja por meio de investidores em uma oferta pública de ações, o potencial de maximizar os lucros e dividendos do acionista de forma sustentável, a imagem que a empresa passa aos seus *stakeholders* e

diversos outros fatores são analisados minuciosamente. Quando tratamos de um país, o risco é infinitamente maior e instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou qualquer outro investidor, irão recorrer às informações de toda e qualquer fonte.

Oliveira esclarece a distinção entre crescimento e desenvolvimento, bem como suas complementaridades. Segundo ele:

(...) o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. (...) Enquanto este [crescimento] era entendido como um processo de mudança quantitativa de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança “qualitativa” de uma estrutura econômica e social. (...) O crescimento aparece, portanto, como a chave para a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2002, p. 40-41)

Segundo os autores Costa e Lustosa (2007):

Desde meados de 1960 que o PIB, ou mais especificamente o PIB *per capita*, usado como *proxy* do nível de desenvolvimento socioeconômico pelos países, mostrava-se cada vez menos adequado como medida de qualidade de vida. Disso resultou um imenso esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar e da mudança social. (COSTA; LUSTOSA, 2007, p. 2)

O reconhecimento da incapacidade do Estado em promover o “bem-estar social”, ao lado do desenvolvimento econômico indicado pelo PIB, constituiu uma das motivações do movimento de indicadores sociais, conforme mencionado na publicação *Toward a Social Report* (1969):

De fato, os indicadores econômicos tornaram-se então parte do nosso pensamento que nós temos tendência a igualar um aumento da renda nacional com bem-estar nacional. Muitos se surpreendem ao encontrar agitação e descontentamento crescente em um momento em que a renda nacional está crescendo tão rapidamente. Parece paradoxal que os indicadores econômicos estejam, em geral, registrando progresso contínuo- aumento da renda o baixo desemprego – enquanto as ruas e os jornais estão cheios de evidências decrescente descontentamento como incêndios e saques nos guetos, violência no campo, o crime na rua (HEW, 1979, p. 9)

Com a divulgação das publicações *Social indicators* (1976) e *Toward a social report* (1969), as discussões a respeito de sustentabilidade começam a ganhar foco nas discussões de como uma nação poderia se desenvolver sem que, para isso, fosse necessário esgotar os recursos naturais. Também ganharam destaque as discussões sobre desenvolvimento humano, que deveria ser atingido através de redução da exclusão social. Os países deveriam se concentrar, agora, não apenas no crescimento do bolo, mas também na sua distribuição. Foi nesse contexto que surgiram novas abordagens de desenvolvimento, que passaram a considerar a liberdade individual, o acesso a serviços públicos, como saúde, educação, moradia, alimentação, entre outros.

O economista que influenciou na abordagem de “desenvolvimento como liberdade” foi Amartya Sen, segundo ele:

Essas facilidades [oportunidades sociais] são importantes não apenas para a maneira como as pessoas conduzem suas vidas privadas (como viver uma vida saudável e prevenir morbidades evitáveis ou mortalidade prematura), mas também para maior participação efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, analfabetismo pode ser uma grande barreira para participação em atividades econômicas [...]. De maneira similar, a participação política pode ser prejudicada pela incapacidade de ler jornais ou de comunicação escrita com outros envolvidos em atividades políticas. (SEN, 1999, p. 39)

Poder de compra, investimentos em tecnologia e saneamento básico são alguns dos elementos adotados pelos especialistas no assunto para medir o desenvolvimento de uma nação. Ou seja, entende-se por desenvolvimento um conjunto de elementos que são avaliados em um país para definir seu potencial ou sua situação econômica. Isso garante que uma sociedade não seja considerada mais desenvolvida do que outra apenas por ter uma maior arrecadação de tributos ou deter maior parcela do mercado de algum produto específico, faz-se necessário apresentar bom desempenho em um conjunto de ações.

De todo modo, o índice mais respeitado e utilizado mundialmente para se medir desenvolvimento econômico é o PIB. O objetivo deste indicador é medir a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. Quanto mais se produz, mais se está consumindo, vendendo e investindo.

Figura 1: Cálculo do PIB



Fonte: <http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>.

Como representado na figura 1, na fórmula do PIB consideram-se serviços remunerados, bens e produtos vendidos ao consumidor final, investimentos que as empresas realizam hoje para terem lucro futuro e os gastos do governo. Por outro lado, esse indicador desconsidera as atividades não declaradas e/ou informais e atividades sem valor de mercado (serviços domésticos não remunerados, produção para auto-consumo e serviços ambientais). Além disso, ele deixa de deduzir os custos ambientais da produção econômica, os quais aumentam a sensação de bem-estar da população.

O cálculo do PIB, além do formato simplificado apresentado na figura 1, pode ser realizado também por outras três óticas diferentes¹, como explicado a seguir.

Na **ótica da despesa**, analisam-se todas as entradas e saídas do Estado:

$$\text{PIB} = \text{Consumo} + \text{Gastos do Governo} + \text{Investimentos} + \text{Exportações} - \text{Importação}$$

¹ Fonte: <http://br.advfn.com/indicadores/pib/calculo>

Na **ótica da oferta**, o valor do PIB é calculado a partir do valor gerado em cada uma das empresas que operam na economia:

PIB = Soma do valor acrescentado bruto por cada uma das empresas da economia + (Impostos – Subsídios) sobre o consumo

Na **ótica do rendimento**, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos distribuídos pelas empresas:

PIB = Remuneração do Trabalho + Excedente Bruto de Exploração

O valor do PIB não pode ser comparado dentro de um período histórico, pois temos variações na quantidade da população. Por isso, para analisar de forma comparativa ao longo do tempo utiliza-se o PIB *per capita*. Nesta perspectiva, é possível evitar este tipo de distorção.

Bastante aceito no que se refere ao crescimento econômico, o PIB *per capita* não é utilizado para representar o nível de qualidade de vida, de distribuição de renda, de bem-estar, nem de desenvolvimento de um país, tendo em vista que as dimensões do desenvolvimento poderão ser captadas somente de maneira conjunta.

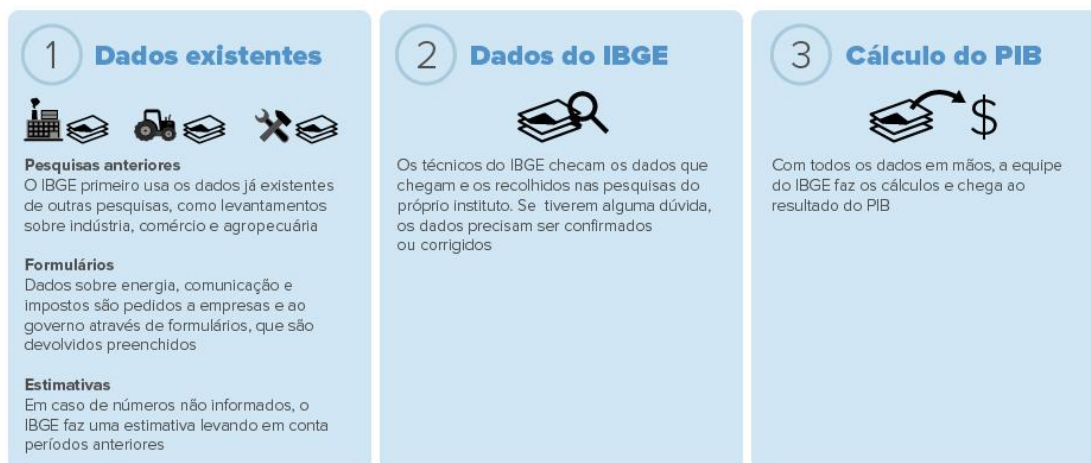
Figura 2: PIB per capita



Fonte: Página de Economia do portal G1. <http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>.

O cálculo do PIB no Brasil é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A coleta dos dados é realizada, conforme a figura 3.

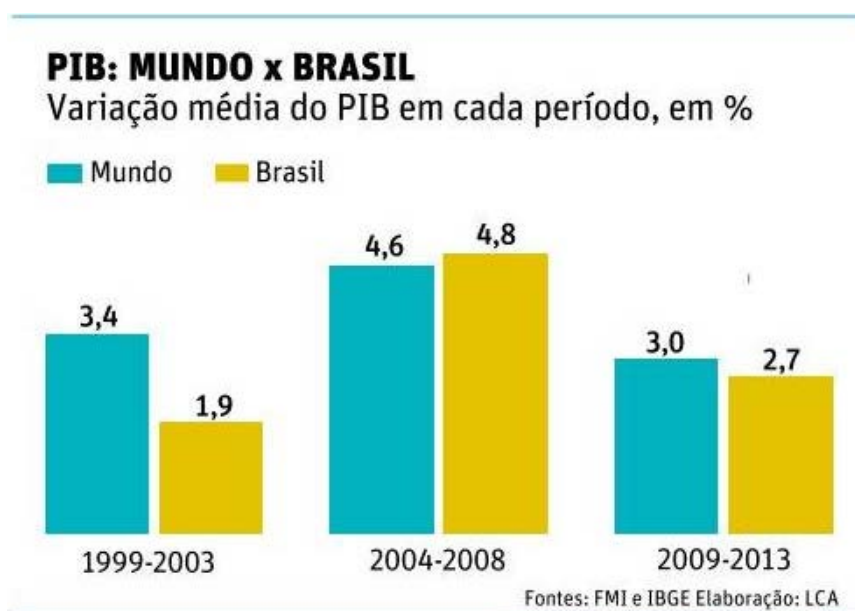
Figura 3: Coleta de dados para o cálculo do PIB



Fonte: Página de Economia do portal G1. <http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>.

A figura 4 trará informações sobre o PIB brasileiro *versus* o PIB mundial de 1999 a 2013:

Figura 4: PIB: MUNDO X BRASIL



Fonte: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/04/22/fatores-externos-eou-internos-determinantes-do-pib-brasileiro/>.

O que é relevante entender da figura 4 e que concluirá todo o estudo apresentado sobre o PIB até o momento, é que quanto maior a variação do PIB, maior o crescimento da sua economia. Ou seja, mais a economia recebeu investimentos, apresentou superávit comercial, aumentou níveis de consumo e emprego, entre outras variáveis que apresentamos.

De 1999 a 2003, o Brasil teve sua economia mais aquecida entre 2004 a 2008, pois houve uma variação maior do seu PIB, não apenas comparando com o seu histórico de crescimento, mas também, frente ao mundo.

1.2 Como o desenvolvimento econômico evoluiu ao longo da história.

Apesar de ter sido utilizado ao longo da história por diversos autores, o termo desenvolvimento econômico foi introduzido de forma teórica no início do século XX por Schumpeter (SOUZA, 2005, p. 16).

O termo desenvolvimento surgiu devido à grande desigualdade que existia entre os países que eram industrializados e os demais. No período pós-guerra, este termo ganha mais força, pois os países considerados como subdesenvolvidos tinham como referência de desenvolvimento o potencial de produção via indústria, visto que os países desenvolvidos foram pioneiros da revolução industrial. Foi então que se iniciou o êxodo rural e o investimento no setor secundário.

Herculano (1992) ressalta que a temática do desenvolvimento surgiu no início da década de 1960 no contexto da Guerra Fria, predominantemente nos Estados Unidos que propunha desenvolver ou modernizar as sociedades “tradicionalistas” ou “atrasadas”, de forma a construir uma “sociedade internacional aberta”. O objetivo da proposta seria manter as sociedades sob a esfera de influência norte-americana, barrando eventuais avanços do bloco soviético, bem como abrir espaços para a expansão capitalista.

Independente do ponto de vista de Herculano, o fato é que o sistema capitalista foi o grande motivador da corrida de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos.

Nas últimas décadas do século XX, o tema desenvolvimento econômico nem sempre estava ligado à distribuição de renda e ao bem-estar da sociedade, por este motivo, sentiu-se a necessidade de criar um modelo paralelo de medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e MahbubulHaq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). Ele é composto por dados de expectativa de vida ao nascer, educação e o PIB *per capita* (como um indicador de padrão de vida). Anualmente os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são classificados de acordo com este índice. Os governos também o utilizam para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais.

Além de se discutir desenvolvimento econômico, recentemente as organizações mundiais começaram um debate sobre desenvolvimento sustentável. Ou seja, não basta mais uma economia ter baixos índices de desemprego, de inflação e alta expectativa de vida, importa-se também o impacto que ela produz ambientalmente para alcançar estes resultados. Este tema foi fortemente levantado pelos especialistas ambientais após analisar os danos ambientais que a aceleração pela industrialização causou em todo o ecossistema.

1.3 Surgimento do Conceito: "Desenvolvimento Sustentável"

Desde 1970 que existe um debate sobre as mudanças climáticas, diante da crise ambiental e social que se instaurou sobre o mundo desde a segunda metade do século passado. No entanto, os governos não davam relevância a este tema, pois a preocupação estava voltada às atividades produtivas.

Os holofotes foram voltados para a discussão de desenvolvimento sustentável, com a seriedade necessária, apenas no final do século XX, quando os governos se depararam com os grandes desastres ambientais, com a escassez de recursos naturais e o desequilíbrio ambiental. Dado este cenário de 1990, que inclusive trouxe a tona o problema do aquecimento global, ainda foi responsável por levar o debate a um novo patamar em relação a dois aspectos fundamentais: (a) o tratamento do risco ambiental; (b) o *trade-off* entre crescimento econômico e meio ambiente. Em relação ao primeiro aspecto, a noção de prudência cede lugar ao conceito de precaução, elevado à condição de princípio – adotado formalmente na Conferência Rio 92. No segundo caso, existe apenas um procedimento de segurança: parar ou reduzir o curso de uma ação, de modo a ganhar tempo para a aquisição de novos conhecimentos que reduzam ou eliminem a incerteza (HOURCADE, 1997).

A busca por conciliar desenvolvimento da sociedade, com a promoção do desenvolvimento social² e com o respeito ao meio ambiente, hoje é indispensável na pauta de discussão sobre o desenvolvimento dos municípios e das regiões, das empresas privadas, enfim, das mais diversas organizações.

O Desenvolvimento Sustentável é um conceito normativo que surgiu a partir do termo ‘ecodesenvolvimento’ com o objetivo de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico, em termos modernos, com a sustentabilidade. (ROMEIRO, 2003, p. 5-6).

Segundo Romeiro (2012), este conceito é interpretado de forma distinta por duas escolas de pensamento: a economia ecológica e a economia ambiental.

A primeira trata o meio ambiente como um limite absoluto à expansão da economia, o centro do debate está em como fazer para que a economia funcione considerando a existência desses limites. É preciso considerar dois planos de ação: (a) um relativo às políticas específicas para cada tipo de problema ambiental a ser enfrentado; (b) o outro relativo à estabilização da produção global de resíduos em níveis sustentáveis – o crescimento zero.

Já a segunda abordagem, desconsidera a existência de limites ambientais ao crescimento, supondo a possibilidade de substituição ilimitada dos recursos que se tornam escassos por recursos abundantes. No caso dos bens ambientais transacionados no mercado (insumos materiais e energéticos), pressupõe que a escassez crescente de um determinado bem eleva seu preço, o que induz a introdução de inovações que permitem poupá-lo e, no limite, substituí-lo por outros recursos mais abundantes cujos estoques os agentes econômicos são supostos conhecer, juntamente com o conhecimento das diferenças de qualidade, do curso futuro do progresso tecnológico e da própria demanda. Este método de internalizar na tecnologia os problemas ecológicos motivou a criação de indicadores que avaliam estes impactos, auxiliando assim os governos e empresas no planejamento de ações de combate à destruição ambiental e ao gasto desenfreado de recursos naturais.

²–Sustentabilidade social trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Além de salários justos e estar adequado à legislação trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem estar dos seus funcionários, propiciando, por exemplo, um ambiente de trabalho agradável, pensando na saúde do trabalhador e da sua família. Além disso, é imprescindível ver como a atividade econômica afeta as comunidades ao redor. Nesse item, está contido também problemas gerais da sociedade como educação, violência e até o lazer.”

Fonte: LaSSu – Laboratório de Sustentabilidade da USP. <http://www.lassu.usp.br>

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também as de longo prazo. (SACHS, 1986, p. 18).

Tabela 1: As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável

DIMENSÃO	COMPONENTES	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida; à maior qualificação profissional).	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS
	Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.	
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo).	AUMENTO DA PRODUÇÃO DA RIQUEZA SOCIAL, SEM DEPENDÊNCIA EXTERNA
	Manejo eficiente dos recursos.	
	Absorção, pela empresa, dos custos ambientais.	
	Endogeneização: contar com suas próprias forças.	
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas.	MELHORIA DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DAS FONTES DOS RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES
	Prudência no uso de recursos naturais.	
	Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis.	
	Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia.	
	Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos.	
Cuidados ambientais.		
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL/ GEOGRÁFICA	Desconcentração espacial (de atividades; de população).	EVITAR EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES
	Desconcentração/democratização do poder local e regional.	
	Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centripetos).	
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	Soluções adaptadas a cada ecossistema.	EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL AGRESSIVO
	Respeito à formação cultural comunitária.	

Fonte: Montibeller (2004, p. 51)

Apesar de ser um tema discutido com grande intensidade há mais de 10 anos, sabemos que existe um grande potencial de avanço tecnológico (existe espaço para o desenvolvimento de novas formas de produção utilizando menos recursos naturais e com uma devolução com menor impacto

para a natureza) e cultural (necessita de mudança na mentalidade da população e dos seus hábitos de consumo) para que possamos observar evolução significativa para o desenvolvimento sustentável no mundo.

CAPÍTULO 2 - INDICADORES ALTERNATIVOS COMO FORMA DE MEDIR O DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é apresentar as réguas alternativas de mensurar o desenvolvimento econômico. Será possível observar o que as diferenciam das abordagens convencionais e o que elas trazem de novo para a discussão sobre a melhor forma de analisar uma nação.

Como abordado no capítulo anterior, os governos utilizam as ações voltadas para o desenvolvimento econômico como estratégias políticas, muitas das vezes, para se fortalecerem perante as demais nações. Esta visão comparativa que será analisada neste capítulo.

2.1 O que são indicadores?

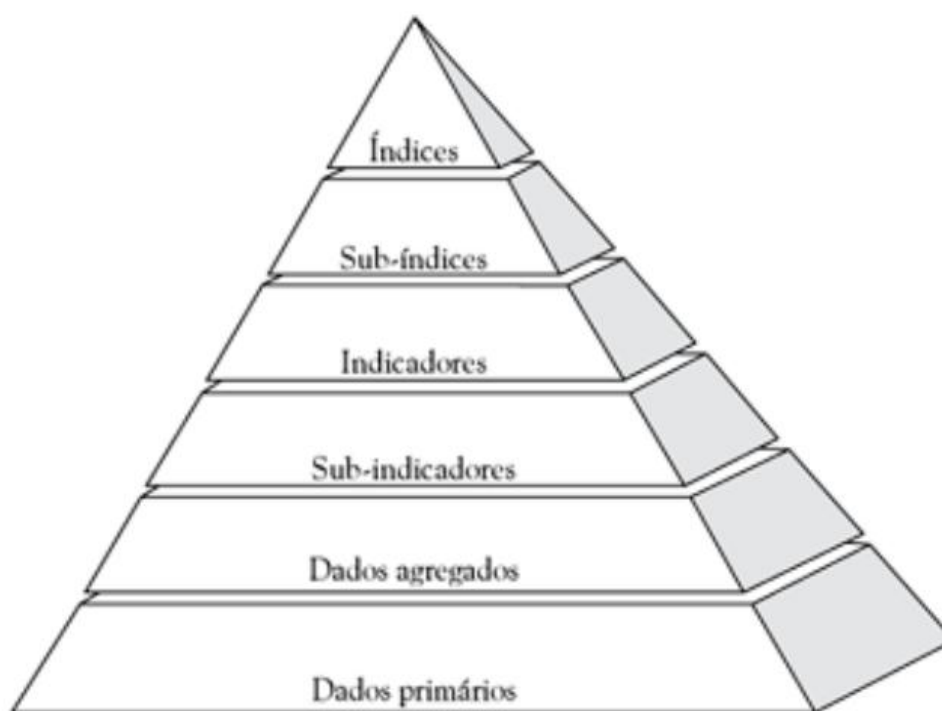
Carvalho e Barcellos (2010) acreditam que a melhor definição para indicador é aquela que o qualifica como “a estatística que melhor avalia as condições e tendências relativas a um determinado tema”. Tal idéia, na verdade, baseia-se na definição utilizada por Rayen Quiroga, consultora da Cepal, que afirma que “um indicador é a estatística que tem mais apelo”. Porém, apesar dessas definições, encontrar um bom indicador é uma tarefa bastante complexa. Ainda segundo Carvalho e Barcellos:

(...) um bom indicador é aquele que você pode confiar, é útil e não é muito caro. Um indicador precisa tratar de um tema relevante, ter base na teoria (validade), ter uma boa cobertura estatística (em termos regionais, em termos de seus componentes etc.), ser sensível às mudanças do objeto que está sendo mensurado, ser específico para esse objeto, ser de fácil entendimento para o público especializado (inteligibilidade de sua construção) e para o público em geral (comunicação), ser periodicamente atualizável, ser desagregável nas suas partes e ter uma série histórica. (CARVALHO; BARCELLOS, 2000, p. 104.)

Os indicadores representam uma especificação de dados coletados primariamente. Em uma análise superficial, seria possível dizer que indicadores e índices são sinônimos. Entretanto, os autores Siche, Agostinho, Ortega e Romeiro apontam que “a diferença está em que um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem” (SICHE, 2007). Assim, pode-se afirmar que os índices representam “uma coleção de indicadores” ou um “indicador composto, portanto, construído a partir de uma

média de indicadores ou como um indicador sintético”. A pirâmide abaixo demonstra essa diferença e, além disso, ajuda a entender porque alguns pesquisadores consideram os índices como indicadores de alta categoria, uma vez que se encontram no topo da pirâmide.

Figura 5: Pirâmide de formação de índices



Fonte: Siche et al, (2007).

Há, entretanto, divergências de opiniões no que se refere à simplificação de tais índices. Os que defendem essa simplificação acreditam que, através dela, as pessoas poderão ter maior entendimento a respeito de dados e informações, que até então eram compreendidos apenas por uma minoria. Afinal, de nada adianta o rigor e a precisão dos pesquisadores na elaboração de indicadores incompreensíveis à sociedade. Por outro lado, há quem acredite que esse tipo de simplificação pode levar ao equívoco, uma vez que fatores relevantes podem ser eliminados de modo a evitar dificuldades no entendimento desses índices.

Essas contradições ficam ainda mais evidentes na tabela 2, que mostra os prós e os contras da

utilização de indicadores compostos.

Tabela 2: Resumo de Prós e Contras na Utilização dos Indicadores Compostos

Prós	Contras
Resumem temas complexos ou multidimensionados dando suporte aos tomadores de decisões.	Podem passar mensagens equivocadas se o índice for mal construído ou mal interpretado.
Mais fáceis de interpretar do que tentar encontrar as tendências de cada indicador separadamente.	Podem ser um convite a conclusões simplistas.
Facilitam a feitura de rankings de países em temas complexos onde um ponto de referência é importante.	Podem ser usados erradamente como apoio apolíticas públicas se o processo de construção do índice não for transparente.
Permitem acompanhar o progresso dos países ao longo do tempo em relação a temas complexos	A seleção de indicadores e seus pesos podem ser objeto de questionamento político.
Reduzem o conjunto de indicadores ou incluem mais informação a um conjunto limitado já existente	Podem encobrir sérias falhas em algumas dimensões e aumentar a dificuldade de identificar a ação reparadora apropriada.
Colocam no centro das discussões temas relativos ao progresso e performance do país.	Podem levar a políticas públicas inapropriadas se ignoradas as dimensões da performance que são difíceis de mensurar.
Facilitam a comunicação com o público em geral (cidadãos, mídia etc.) sendo uma forma de se prestar contas do trabalho realizado.	

Fonte: Carvalho e Barcellos (2000, p. 109)

Entretanto, apesar dessas contradições, os índices e indicadores têm sido primordiais ao estudo do desenvolvimento econômico, ao entendimento de sua evolução e início, por exemplo, da preocupação com o meio ambiente. Assim, Costa e Lustosa (2007) fazem, em sua obra, uma citação capaz de resumir o que se espera de um bom indicador.

Um bom indicador é uma variável que agrega, ou mesmo simplifica, as informações relevantes, torna visíveis fenômenos perceptíveis de interesse e quantifica, avaliam e comunicam informações relevantes. (COSTA; LUSTOSA, 2007, p. 12)

Assim, a importância desses instrumentos passou a ser notável, uma vez que contribuíam para a tomada de decisões e entendimento das mesmas pela população como um todo.

2.2 Indicadores Sociais

Nos últimos 60 anos houve uma grande evolução nos indicadores de desenvolvimento, uma vez que fatores como bem-estar e qualidades de vida passaram a integrar o cálculo da riqueza das nações. O primeiro indicador foi o Produto Interno Bruto (PIB) que surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial, para medir a produção de bens e serviços de uma sociedade, não fazendo distinção entre os que são ou não benéficos para esta. Um exemplo disso é o engarrafamento que, apesar de gerar aumento na produção e consumo de combustíveis, gera poluição e queda no bem-estar dos indivíduos. Entretanto, esse processo é registrado como algo positivo à sociedade, uma vez que faz o PIB aumentar.

Na década de 1960, novos indicadores começaram a surgir na perspectiva de desafiar o PIB, uma vez que este indicador se mostrava limitado, não levando em consideração fatores sociais. Diante disso, surgiu o que ficou conhecido como “Movimento dos Indicadores Sociais”, levantando recomendações de ignorar o PIB e desenvolver medidas alternativas ou alterá-lo para que refletisse aspectos ligados ao bem-estar social. Assim, esse novo movimento fez com que, nas décadas seguintes, ficasse cada vez mais evidente a incapacidade dos indicadores econômicos de traduzir os resultados reais das políticas macroeconômicas e de seus efeitos sociais. Apesar das discussões sociais terem aumentado, foi somente em 1990 que esse movimento foi revitalizado, graças à participação mais efetiva da ONU e da criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que adotou um novo conceito de desenvolvimento: o desenvolvimento humano.

Durante essa época, as idéias do economista indiano Amartya Sen ganhavam força e o conceito de que o desenvolvimento dependia da liberdade dos indivíduos, bem como seu acesso a serviços básicos de saúde, educação, moradia e proteção ajudaram no desenvolvimento de um índice que se tornaria muito popular até os dias de hoje. Tratava-se do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que não se propunha a substituir o PIB, mas complementá-lo, uma vez que não havia ligação automática entre prosperidade econômica e desenvolvimento humano, ou seja, indivíduos de países com maior nível de renda per capita não possuíam, necessariamente, maior qualidade de vida. A princípio, Sen não acreditou que o IDH pudesse simplificar questões tão complexas, relacionadas às sociedades, em simples fórmulas e gráficos. Segundo ele:

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, MahbubulHaq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano. (Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999, http://www.compendiosustentabilidade.com.br/compendiodeindicadores/indicadores/default.asp?paginaID=26&conteudoID=312&it_idioma=0)

Entretanto, apesar dessa descrença inicial, o índice se tornou muito popular e, atualmente, é utilizado por diversos países no mundo como uma forma de comparação entre o bem-estar vivido pelas populações.

A concepção do IDH se baseia na idéia de que em todos os estágios de desenvolvimento existem necessidades essenciais comuns para a geração de desenvolvimento humano. Trata-se de três importantes dimensões:

1. **Longevidade**, representada pela expectativa de vida ao nascer, que reflete as condições de saúde do país, uma vez que corresponde ao número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida.

2. **Educação**, representada pelo nível de educação, que busca captar o grau de instrução ou de escolaridade da população. Esse indicador é formado a partir de duas variáveis:

i. Taxa de alfabetização de adultos (idade superior a 15 anos), que tem por objetivo mensurar a porcentagem da população adulta capaz de ler, escrever e compreender um texto pequeno e simples

sobre o seu cotidiano.

ii. Taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) relativos à população com idade entre 7 e 22 anos.

3. **Renda**, representada pelo PIB *per capita* – ajustado pela paridade de poder compra – busca demonstrar se é possível que um indivíduo mantenha um padrão de vida minimamente aceitável, podendo ter acesso a fatores básicos e 27 fundamentais à sua sobrevivência. Através disso, entende-se que essa dimensão contempla fatores não inclusos nas outras duas anteriores.

Para cada um desses componentes são selecionados valores máximos e mínimos. A diferença entre o valor observado e o valor mínimo corresponde ao avanço já realizado por uma sociedade àquele determinado indicador; e a diferença entre o valor máximo e o valor mínimo corresponde ao percurso que deve ser percorrido por uma sociedade, por exemplo.

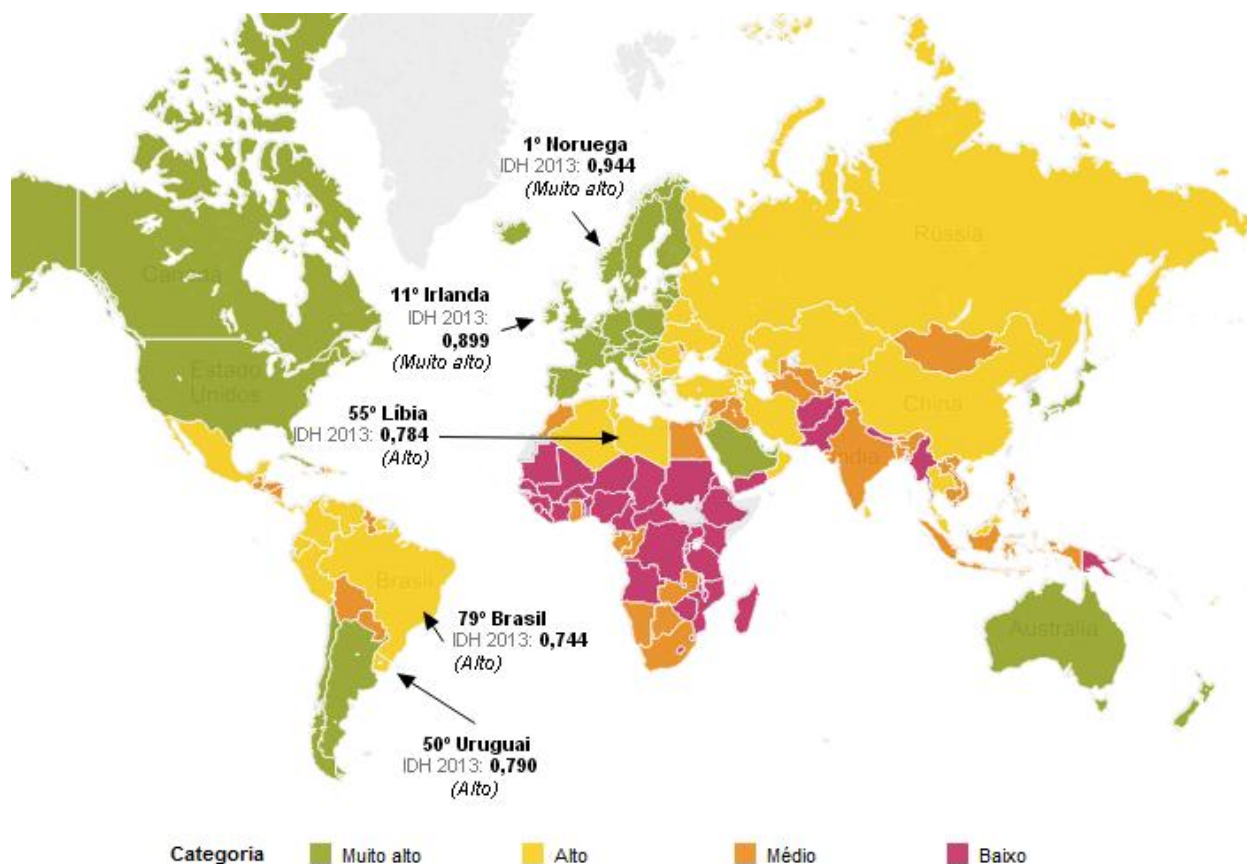
Assim, para cada um dos componentes, é calculado o seguinte índice:

$$\text{Índice} = \frac{(\text{valor observado} - \text{valor mínimo})}{(\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})}$$

Através desse cálculo, portanto, é possível saber qual o caminho já percorrido por uma sociedade, em proporção a todo o caminho que esta deve percorrer para cada um dos componentes do IDH. Os três possuem o mesmo peso na formação do índice de desenvolvimento humano. Assim, os três valores obtidos são somados e, posteriormente, tal valor é dividido por três, obtendo-se, portanto, um número que pode variar de 0 a 1.

Com base nisso, os países passaram a ser classificados em três categorias: a primeira engloba os países com baixo nível de desenvolvimento humano e, portanto, com IDH abaixo de 0,500; a segunda categoria engloba países com nível de desenvolvimento humano considerado médio, cujo IDH varia de 0,500 a 0,800; por fim, a terceira categoria contempla os países com IDH acima de 0,800, considerados, portanto, países com alto nível de desenvolvimento humano. Essa realidade se aplica a todos os países que utilizam tal índice, permitindo, assim, a comparação entre eles, conforme mapa na figura 6 abaixo:

Figura 6: Valores mundiais do IDH



Fonte: <http://infograficos.oglobo.globo.com/economia/mapa-do-indice-do-desenvolvimento-humano-2013.html>

A partir da figura 6, é possível afirmar que o Brasil se encontra na categoria de países com IDH alto, porém distante do nível da maioria dos países considerados desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e a grande maioria dos países europeus. Mesmo na América Latina, o Brasil não conseguiu alcançar o mesmo estágio de desenvolvimento humano do Chile, Cuba e da Argentina.

Essa representação demonstra uma limitação ao índice, uma vez que em economias com grandes disparidades, poderá ocorrer uma falsa impressão quanto ao nível de desenvolvimento humano. Isso porque, em sociedades, como é o caso da brasileira, onde há uma grande concentração de renda, o IDH mostra-se pouco eficiente na representação do conjunto de indivíduos de uma sociedade, já que a influência de valores discrepantes tende a desfigurar o quadro social de coletividades com profundas desigualdades. Costa e Lustosa (2007) confirmam essa limitação ao

afirmar que

(...) a desigualdade e a pobreza crescentes permanecem obscurecidas pela metodologia que emprega medidas de tendência central, haja vista que 30 valores discrepantes tendem a afetar os resultados e acobertar variações significativas no conjunto da população. (COSTA; LUSTOSA, 2007, p. 11)

Apesar das limitações dos índices desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que passaram a fazer parte do Relatório de Desenvolvimento Humano, todos esses índices representaram avanços significativos, em termos de mensuração de desenvolvimento social.

2.3 Marcos no Debate e Tipos de Indicadores de Sustentabilidade.

Além dessa preocupação social, e antes mesmo do surgimento do IDH, a preocupação com o meio ambiente passou a ganhar foco, uma vez que o crescimento econômico e populacional pressionavam fortemente os recursos naturais e energéticos do planeta. Dessa forma, se tal padrão de crescimento se mantivesse, o ecossistema entraria em colapso. Celso Furtado confirma essa tese em sua obra –“O mito do desenvolvimento econômico” (1974), através da qual, é reforçada a ideia de que o planeta não suportaria o desenvolvimento econômico de todas as economias, sendo considerado, portanto, um mito, uma vez que não é passível de universalização. Era necessário, portanto, indicadores econômicos que pudessem refletir essa realidade.

Nos próximos tópicos serão elencados alguns dos principais eventos que ocorreram para debater crescimento econômico *versus* sustentabilidade.

2.3.1 Conferência de Estocolmo em 1972.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marcou uma etapa muito importante na ecopolítica internacional. Esta foi basicamente a primeira grande reunião organizada para concentrar-se as questões ambientais e a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, visto que a ação antrópica gera séria degradação ambiental, criando severos riscos para o bem estar e

sobrevivência da humanidade (RIBEIRO, 2010). Houve a convocação dessa Conferência visando amenizar a problemática: homem *versus* natureza. Princípios e conceitos tornaram-se base para a evolução na área do meio ambiente a partir da Conferência de Estocolmo e desta resultaram inúmeras questões que continuam a influenciar e a motivar as relações entre os atores internacionais, colaborando para a notável evolução que eclodiu após a Conferência (LAGO, 2007; TOZONI-REIS, 2002).

O Brasil teve grandes participações em encontros internacionais sobre a educação ambiental, até mesmo por atuar dentro do sistema das nações unidas. Visto que o Brasil contém recursos interessantes aos olhos dos demais países, é alvo de constante atenção, por suas grandes reservas de água potável, assim como por abranger grande parte da biodiversidade do planeta. A partir de Estocolmo, surge a questão se o Brasil seria capaz de preservar seu patrimônio, levando a uma preocupação com a economia e com possíveis estratégias de desenvolvimento sustentável do país (LAGO, 2005; MORADILLO ET AL., 2004).

2.3.2 Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento em 1987.³

Em 1983 foi criada pela Assembléia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, que foi presidida por Gro Harlem Brundtland à época primeira-ministra da Noruega e Mansour Khalid. A comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O trabalho surgido dessa Comissão, em 1987, o documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou, como é bastante conhecido, Relatório Brundtland, apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que *–satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”. É a partir daí que o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ficar conhecido.

A médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, que à frente da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas coordenou a elaboração do documento, diz que a humanidade está avançando. Mas ainda está longe de fazer o que é necessário e a realidade impõe, de maneira contundente, a cooperação internacional.

³ Fonte: http://www.recriarcomvoce.com.br/blog_recriar/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum/

“Em um mundo globalizado, estamos todos interconectados. Os ricos estão vulneráveis às ameaças contra os pobres e os fortes, vulneráveis aos perigos que atingem os fracos”.

Nesse cenário, ela preconiza o estabelecimento de um novo consenso de segurança.

“Não haverá paz global sem direitos humanos, desenvolvimento sustentável e redução das distâncias entre os ricos e os pobres. Nosso Futuro Comum depende do entendimento e do senso de responsabilidade em relação ao direito de oportunidade para todos”.

2.3.3 Conferência das Nações Unidas do Rio de Janeiro em 1992.⁴

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza.

Segundo Luiz Alberto Figueiredo Machado, coordenador-geral dos preparativos da Conferência Rio+20, *“Na Rio-92, chegou-se à conclusão de que temos de agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais. Se isso não for feito, não há como se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento”.*

Na Rio-92, ficou acordado, então, que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusive com a redução dos padrões de consumo — especialmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Com essa decisão, a união possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou, superando os conflitos registrados nas reuniões anteriores patrocinadas pela ONU, como na Conferência de Estocolmo, em 1972.

2.3.4 Comissão sobre as medidas do desempenho econômico e progresso social – J. Stiglitz, A. Sen e J-P. Fitoussi, em 2004.

⁴ Fonte: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>

Ampliando o esforço para superar as limitações do PIB como indicador, mais recentemente, em janeiro de 2008, o presidente francês Nicolas Sarkozy encarregou 3 renomados economistas, Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi de formarem uma comissão especial e conduzirem um estudo relacionado à medida de performance econômica e ao progresso social. O resultado foi publicado em setembro de 2009 e é conhecido hoje como o relatório Stiglitz.⁵

O relatório estabelece uma distinção entre avaliação do bem-estar presente e avaliação de sua sustentabilidade, isto é, de sua capacidade para se manter no tempo. O bem-estar presente depende, ao mesmo tempo, dos recursos econômicos, como as rendas, e de características não econômicas da vida das pessoas: o que elas fazem e o que elas podem fazer a apreciação delas sobre sua própria vida, seu meio ambiente natural. A sustentabilidade desses níveis de bem-estar depende da questão de saber se os estoques de capital importantes para nossa vida (capital natural, físico, humano, social) serão ou não transmitidos às gerações futuras.⁶

No relatório são feitas 12 recomendações: 5 sobre as questões clássicas relativas ao PIB, 5 sobre as questões de bem estar e 2 sobre a sustentabilidade. Estas recomendações são apresentadas resumidamente no 1º capítulo do relatório. No cerne das conclusões e das recomendações está a noção de que é preciso monitorar não um, mas um conjunto de indicadores que reflitam o desenvolvimento, bem estar e sustentabilidade e desta forma administrar uma realidade muito complexa.⁷

2.3.5 Rio+20 em 2012.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

⁵ Fonte: <http://poscapitalismo.org/2011/03/30/o-relatorio-stiglitz/>

⁶ Fonte: <https://territorioobservatorio.files.wordpress.com/2013/04/relatc3b3rio-da-comissc3a3o-sobre-a-mensurac3a7c3a3o-de-desempenho-econ3b4mico-e-progresso-social.pdf> - página 15

⁷ Fonte: <http://poscapitalismo.org/2011/03/30/o-relatorio-stiglitz/>

A Conferência teve dois temas principais: —A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e —A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.”

O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.⁸

2.3.6 Indicadores de Sustentabilidade.

Acompanhando a evolução das discussões, durante as décadas de 1970 e 1980, surgiram algumas importantes propostas de indicadores alternativos de desenvolvimento, através da utilização de variáveis, não apenas socioeconômicas, mas também ambientais. Tratavam-se dos seguintes indicadores:

2.3.6.1 Índice do Planeta Vivo (*Living Planet Index* – LPI).

O Índice Planeta Vivo mede as tendências da diversidade biológica do Planeta Terra.⁹

Conforme relatório “Planeta Vivo” divulgado em 2014¹⁰, o estado atual da biodiversidade do planeta parece estar pior do que nunca. O Índice do Planeta Vivo (LPI, sigla em Inglês), que mede as tendências de milhares de populações de vertebrados, diminuiu 52% entre 1970 e 2010 conforme descrito na figura 7. Em outras palavras, a quantidade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes em todo o planeta é, em média, a metade em relação a 40 anos atrás. Esta redução é muito maior do que a que foi divulgada em relatórios anteriores em função de uma nova metodologia que visa obter uma amostra mais representativa da biodiversidade global. A biodiversidade está diminuindo em regiões temperadas e tropicais, mas a redução é maior nos trópicos. Entre 1970 e 2010, o LPI temperado diminuiu 36% em 6.569 populações das 1.606 espécies em regiões temperadas, ao passo que o LPI tropical diminuiu 56% em 3.811 populações das 1.638 espécies em regiões tropicais durante o mesmo período. A redução mais dramática aconteceu na América Latina – uma queda de

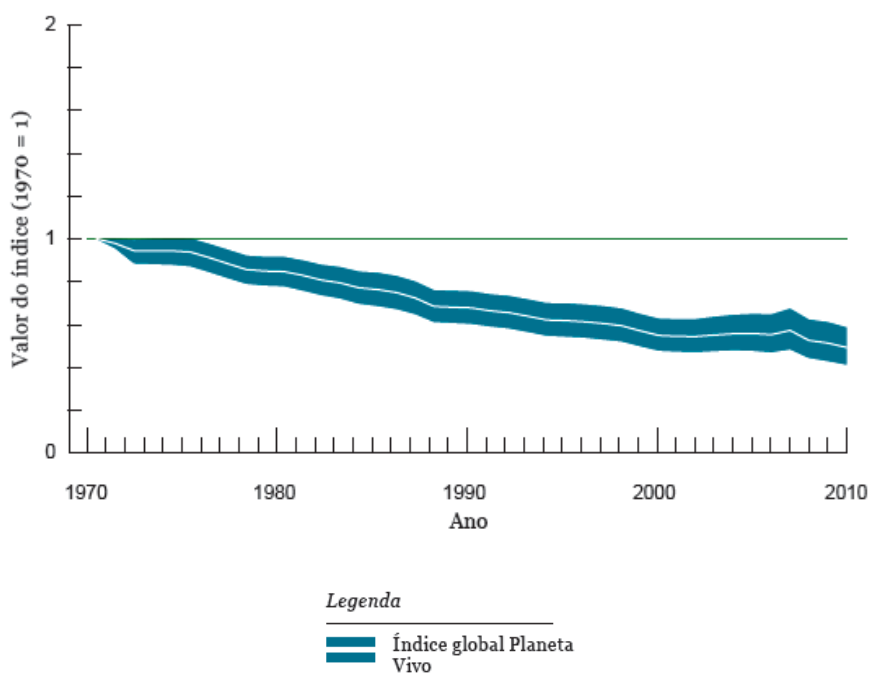
⁸ Fonte: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html

⁹ Fonte: http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/por_um_planeta_vivo/o_relatorio_planeta_vivo/indice_planeta_vivo/

¹⁰ Fonte: http://awsassets.panda.org/downloads/lpr2014_sumario_pt.pdf - Página 8

83%. As principais causas destas reduções são a perda de habitats e a degradação e exploração decorrente de caça e pesca. As mudanças climáticas são a segunda ameaça primária mais significativa e é provável que exercerão mais pressão sobre as populações no futuro.

Figura 7: Evolução do Índice do Planeta Vivo (LPI)



Fonte: Relatório Planeta Vivo (2014)

2.3.6.2 Medida de Bem-Estar Econômico (*Measure of Economic Welfare – MEW*).

Este indicador foi desenvolvido em 1972, por Williams Nordhaus e James Tobin. Segundo José Eli da Veiga (2010):

A pretensão da dupla [Nordhaus e Tobin] foi demonstrar que o progresso indicado pelas medidas resultantes da contabilidade nacional convencional (como PNB ou PIB) não é um mito que evapora quando substituído para uma medida que seja de fato orientada para o bem-estar. (VEIGA, 2010, p. 41)

Esse indicador demonstrou uma importante evolução à época, como concluiu Veiga em seu trabalho mais recente a esse respeito:

(...) nada impede que esse conceito [MEW] possa ser considerado como o mais remoto ancestral de todos os exercícios posteriores de se corrigir ou ajustar o PNB (ou PIB) para se chegar a alguma medida agregada de sustentabilidade do desenvolvimento. (VEIGA, 2010, p.42)

2.3.6.3 Índice de Sustentabilidade Ambiental (*Environmental Sustainability Index - ESI*)

O Índice de Sustentabilidade Ambiental foi apresentado em 2002 no Fórum Econômico Mundial por pesquisadores das universidades norte-americanas de Yale e Columbia. O objetivo central é comparar a habilidade de países na proteção do seu meio ambiente para as próximas décadas, de forma a funcionar como um instrumento de auxílio dos tomadores de decisão no que tange à questão ambiental de seu local ou nação, bem como o de se configurar como uma alternativa ou complemento ao PIB e ao IDH na avaliação do progresso de um país, na medida em que possibilita uma análise segundo uma ótica ambiental. O índice avalia não apenas a situação atual, mas também as ações necessárias para que a melhoria aconteça. Recentemente, foi criado o ISA-2, que trata de emissões de gases de efeito estufa. Com ele, serão requisitadas informações das empresas a respeito das matrizes energéticas empregadas internamente na fábrica (óleo, gás ou carvão).¹¹

Nos dados divulgados em 28 de janeiro de 2010, no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, o Brasil ocupava a 62ª posição entre os países com melhor gestão no controle da poluição ambiental e nos recursos naturais. O ranking é encabeçado pela Islândia, seguida da Suíça e da Costa Rica. Os primeiros postos se concederam em razão dos investimentos que esses países fizeram em infraestrutura meio ambiental, controle da poluição e outras políticas focalizadas à sustentabilidade a longo prazo.¹²

Segundo Costa e Lustosa (2007), esse indicador possui algumas limitações fundamentais, como o fato de todas as variáveis possuírem a mesma ponderação no cálculo do índice, já que isso impede que o índice reflita elementos locais, por exemplo, como a desertificação, que é mais relevante em alguns países, ou a contaminação das águas e do ar. Porém, apesar disso, esse índice

¹¹ Fonte: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/indicador-de-sustentabilidade-ambiental-isa>

¹² Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil-e-62-em-ranking-de-sustentabilidade-ambiental,b339490e6d90b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>

também merece elogios, afinal contém um número significativo de variáveis ambientais, é de fácil interpretação e permite a comparabilidade internacional.

2.3.6.4 Índice Riqueza Inclusiva (IRI)¹³

Este indicador foi lançado dia 17 de junho de 2012, durante a Rio+20 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No ranking deste novo indicador o Brasil é a nação com o quinto maior crescimento sustentável anual per capita do mundo, à frente de potências como Estados Unidos e Canadá. Os primeiros lugares no novo índice ficaram, na ordem, com China, Alemanha, França e Chile.

O objetivo do indicador é incentivar a sustentabilidade dos governos e complementar o cálculo do PIB, ou mesmo substituir os atuais medidores da economia. O indicador aplica informações referentes ao capital humano, natural e manufaturado de 20 países para mostrar um panorama mais amplo que o PIB (Produto Interno Bruto), que tem apenas um viés econômico.

Desenvolvido por especialistas da Universidade das Nações Unidas, a ferramenta reúne informações referentes à educação e expectativa de vida, os recursos florestais, além da produção industrial. Na prática, um país com IRI alto representa que ele é mais sustentável.

De acordo com Pablo Munhoz, diretor científico do relatório, a proposta é uma recomendação do programa ambiental da ONU aos países que participam da Rio+20 e está relacionada “ao bem-estar (...) e nos dá ideia em relação ao crescimento a longo prazo”, disse. “É importante medir os ativos, mas também é importante ver sua modificação ao longo do tempo”, explica.

¹³ Fonte: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/brasil-perdeu-25-dos-recursos-naturais-segundo-novo-indice-da-onu.html>

2.4 Felicidade Interna Bruta (FIB)

Na década de 70, o rei do Butão se atentou à necessidade de um indicador alternativo ao PIB, como forma de medir o grau de felicidade de uma nação e, conseqüentemente, o nível de qualidade de vida desta. Foi nesse contexto que o rei afirmou que “a Felicidade Interna Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto”. Porém, apesar do surgimento nos anos 70, foi somente em 2008 que o índice FIB foi declarado como oficial no Butão. A partir disso, esse indicador passava a ser utilizado como uma ferramenta de avaliação para acompanhar o progresso do desenvolvimento no longo prazo. Além disso, tratava-se de um indicador capaz de orientar os formuladores de políticas públicas quanto às reais necessidades da população, bem como suas expectativas quanto à qualidade de vida e acesso aos serviços públicos. Por essa razão, o FIB busca demonstrar a felicidade e o bem-estar geral da população, através de medidas não monetárias, representadas por indicadores, capazes de cobrir nove dimensões da vida humana que compõem a felicidade e o bem-estar das nações.

As nove dimensões do FIB são¹⁴:

1) BEM-ESTAR PSICOLÓGICO

Avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções tanto positivas quanto negativas, e analisam a auto-estima, sensação de competência, estresse, e atividades espirituais.

2) SAÚDE

Mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como auto-avaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercício, sono, nutrição, etc.

3) USO DO TEMPO

O uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais, etc.

¹⁴ Fonte: <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/sobre.html>

4) VITALIDADE COMUNITÁRIA

Foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.

5) EDUCAÇÃO

Leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental, etc.

6) CULTURA

Avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero.

7) MEIO AMBIENTE

Mede a percepção das cidadãos quanto a qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, etc.

8) GOVERNANÇA

Avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos.

9) PADRÃO DE VIDA

Avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, etc.

Desde então, o reino do Butão começou a praticar esse novo conceito e atrair a atenção do resto do mundo com a sua nova fórmula para o cálculo de riqueza de um país, que considera outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade

de vida das pessoas. Assim, tal indicador se popularizou e ganhou, também, o Ocidente por sua inovação na mensuração da riqueza de um país.

Tal discussão foi trazida ao Brasil pela Dra. Suzan Andrews, convidada para coordenar a disseminação do FIB no país, após ter participado da 3ª Conferência Internacional sobre o tema. Atualmente, o professor e pesquisador Eduardo Giannetti tem levado adiante tais discussões, na tentativa de conciliar crescimento econômico e aumento de bem-estar.

O site que explica o índice Felicidade Interna Bruta no Brasil confirma essa ideia ao argumentar que *“o FIB é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual – sempre em harmonia com a Terra”*.¹⁵

Apesar da sua popularização, José Eli da Veiga discorda desse novo indicador que, da mesma forma que o PIB, representa uma medida bruta. Segundo ele, uma dimensão do FIB é algo como a satisfação do cidadão com a educação, que trata-se de algo subjetivo. E outra dimensão, completamente diferente, diz respeito ao custo de vida do cidadão, que é uma medida objetiva. Assim, o resultado dessa não tem nenhum significado, afinal, é como *“somar automóveis com bananas”*.

O *World Happiness Report* (WHR) é um marco no estudo sobre a felicidade global. O primeiro relatório foi publicado em 2012 e a última versão em 23 de abril de 2015¹⁶, publicado pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), formada pelo Professor John F. Helliwell, da Universidade de *British Columbia* e do Instituto Canadense de Pesquisa Avançada; Lord Richard Layard, diretor da *Well-Being Programme at LSE's Centre for Economic Performance*; Professor Jeffrey D. Sachs, diretor do *Earth Institute* da Universidade da Columbia, diretor do SDSN, e conselheiro especial do Secretário Geral da ONU. Especialistas em todas as perspectivas analisadas no cálculo do índice descrevem como as medições de bem-estar podem ser utilizadas de forma eficaz para avaliar o progresso das nações. Os relatórios promovem uma ampla análise do estado de felicidade no mundo e mostram como a nova ciência da felicidade explica as variações pessoais e nacionais de felicidade. Elas refletem uma nova demanda mundial por mais atenção a felicidade como um critério para a política do governo.

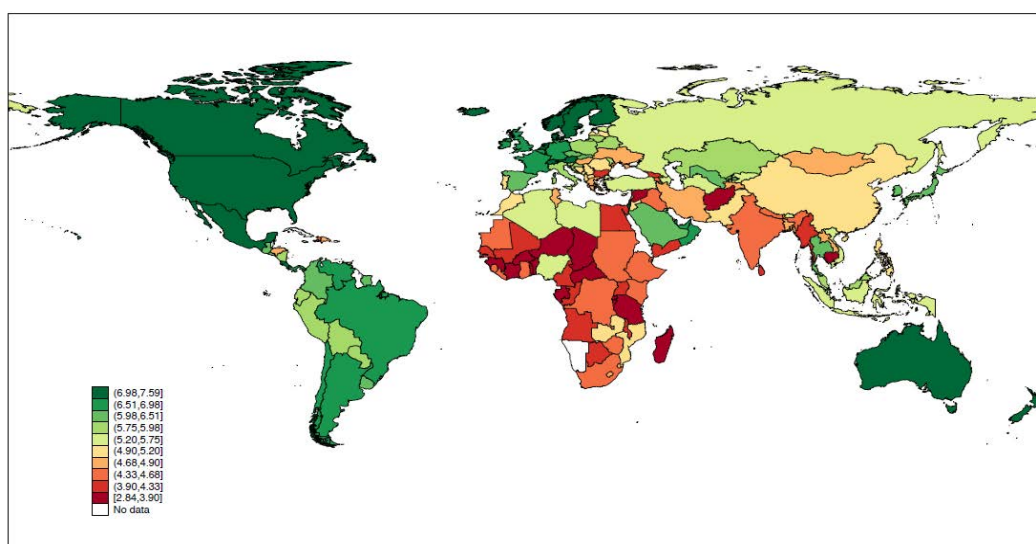
¹⁵ Fonte: www.felicidadeinternabruta.org.br

¹⁶ Fonte: site: <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/04/WHR15.pdf>

Com a recente publicação do relatório de WHR15, podemos traçar um comparativo entre os países e verificar a evolução do indicador. Na edição anterior, o país mais feliz do mundo foi a Dinamarca, com 7.693 pontos. Neste ano, esse país ocupa a terceira posição com 7.527 pontos. A Suíça, mesmo apresentando uma ligeira queda na pontuação de 7.650 para 7.587 pontos, subiu duas posições e ocupa a liderança do *ranking*. O Brasil também melhorou sua posição frente ao resto do mundo, subiu da 24ª para a 16ª colocação, com 6.983 pontos. Na figura 8, podemos notar que os países mais felizes do mundo estão na América do Norte, Escandinávia e parte da Oceania (Austrália e Nova Zelândia). No entanto, alguns países da América do Sul como o Brasil, Argentina, Chile e Venezuela ocupam posições de destaque frente à maioria dos países europeus.

Outro aspecto interessante é uma forte diferenciação entre os BRICs¹⁷, grupo formado pelos países emergentes: Brasil, Rússia, China e Índia. Nesta análise, o Brasil está na liderança; seguido pela Rússia, que ocupa uma posição abaixo da média europeia. Já a Índia e a China, mesmo com elevadas taxas de crescimento econômico nos últimos anos, não conseguiram melhorar suas respectivas posições no *ranking* e apresentam índices de felicidade comparados a outros países do sudeste asiático e a países africanos extremamente pobres.

Figura 8: A Felicidade no Mundo em 2014



Fonte: <http://unsdsn.org/resources/publications/world-happiness-report-2015/>

¹⁷ Refere aos países membros fundadores (o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que juntos formam um grupo político de cooperação. Em 14 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul ao grupo. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BRICS>

CONCLUSÃO

O objetivo deste capítulo é consolidar uma análise para as principais economias da América Latina e traçar um comparativo com países desenvolvidos e outras economias emergentes na atualidade. Este comparativo terá duas abordagens: a primeira deverá utilizar as informações utilizadas na composição do IDH; a segunda trará indicadores alternativos, com informações capazes de mensurar o desenvolvimento econômico por uma nova ótica.

Na tabela 3 abaixo, analisamos os países da América Latina, tais como: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Haiti, Jamaica, México e Uruguai. Além disso, foi realizado um comparativo frente às principais economias do globo e outros países de diferentes continentes e estágios de desenvolvimento.

Tabela 3: IDH em 2013

Posição	País	Human Development Index (HDI)	Life expectancy at birth	Mean years of schooling	Expected years of schooling	Gross national income (GNI) per capita	Change in rank (2012-2013)	Ranking of Happiness (2014)
2	Australia	0.933	82.5	12.8	19.9	41.524	0	10
3	Switzerland	0.917	82.6	12.2	15.7	53.762	0	1
5	United States	0.914	78.9	12.9	16.5	52.308	0	15
6	Germany	0.911	80.7	12.9	16.3	43.049	0	26
17	Japan	0.890	83.6	11.5	15.3	36.747	-1	46
31	Qatar	0.851	78.4	9.1	13.8	119.029	0	28
40	UAE	0.827	76.8	9.1	13.3	58.068	0	20
41	Chile	0.822	80.0	9.8	15.1	20.804	1	27
44	Cuba	0.815	79.3	10.2	14.5	19.844	0	-
49	Argentina	0.808	76.3	9.8	16.4	17.297	0	30
50	Uruguay	0.790	77.2	8.5	15.5	18.108	2	32
57	Russia	0.778	68.0	11.7	14.0	22.617	0	64
71	Mexico	0.756	77.5	8.5	12.8	15.854	-1	14
79	Brazil	0.744	73.9	7.2	15.2	14.275	1	16
91	China	0.719	75.3	7.5	12.9	11.477	2	84
96	Jamaica	0.715	73.5	9.6	12.5	8.170	-3	65
98	Colombia	0.711	74.0	7.1	13.2	11.527	0	33
98	Ecuador	0.711	76.5	7.6	12.3	9.998	0	48
111	Paraguay	0.676	72.3	7.7	11.9	7.580	0	53
113	Bolivia	0.667	67.3	9.2	13.2	5.552	0	51
135	India	0.586	66.4	4.4	11.7	5.150	0	117
136	Bhutan	0.584	68.3	2.3	12.4	6.775	0	79
168	Haiti	0.471	63.1	4.9	7.6	1.636	0	119
187	Niger	0.337	58.4	1.4	5.4	873	-1	144

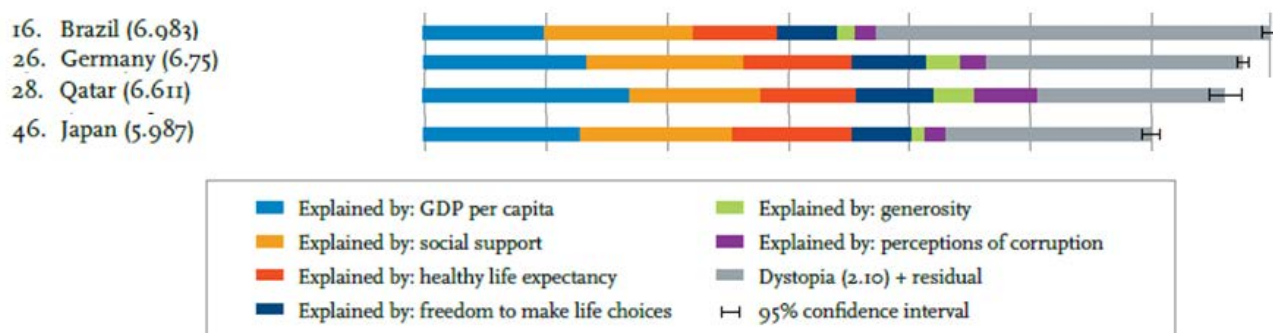
Fonte: *Human Development Report* 2014, p. 170 a 175.¹⁸

¹⁸ Disponível em: site: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>

Analisando separadamente os indicadores que compõem do IDH, os países que lideram o *ranking* possuem dados extremamente favoráveis nas três perspectivas: saúde, educação e renda. Isto confirma que para um país ser considerado altamente desenvolvido, precisa atender a todas as necessidades da população. Por exemplo, uma população com renda per capita bastante elevada, não necessariamente traduz uma melhor condição de vida comparada a uma região de menor renda. A renda *per capita* de um habitante do Qatar é praticamente o triplo em relação a um australiano, e mesmo assim o IDH é oito décimos menor, pois a qualidade da saúde e educação na Austrália é bastante superior ao Qatar. A forma como a renda está distribuída, a postura e os esforços do governo em atender às necessidades da população contribui muito mais para o incremento à qualidade de vida.

O brasileiro, em média, vive 10 anos a menos que o japonês, estuda 6 anos a menos que o alemão e possui renda 8 vezes menor do que um cidadão do Qatar. No entanto, se observarmos a posição do Brasil no *ranking* do FIB na figura 9 em comparação aos países citados, o brasileiro ainda assim é o mais feliz.

Figura 9: FIB em 2014



Fonte: WHR15 2015, p. 28 a 29¹⁹

Replicando a mesma análise para o FIB, o Brasil continua sendo o pior em relação aos demais, no que diz respeito aos dados objetivos que compõem o indicador e que se assemelham em parte aos componentes do IDH. O diferencial do Brasil está em uma perspectiva subjetiva, chamada de “Dystopia 2.1”, que mede quantas vezes a população de um determinado país tende a ser mais feliz em relação a uma situação hipotética de “pior país do mundo”. Este componente do FIB foi

¹⁹Disponível em: <http://unsdsn.org/resources/publication/type/sdsn-reports/>

capaz de modelar com sucesso o quesito felicidade, pois evidencia o maior diferencial do FIB em relação aos demais indicadores convencionais. Esta análise de bem-estar permite quantificar aspectos que envolvem o meio ambiente, economia, política, cultura, religião, entre outros.

O bem-estar abrange questões que vão além do ganho per capita, como as condições de saúde, educação e finanças. O IDH cumpre parcialmente este papel, mas apenas um índice composto por nove dimensões poderia reunir informações suficientes para quantificar e traçar um comparativo entre a felicidade das nações.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, S., THOMPSON, S., MICHAELSON, J., MARKS, N., STEUER, N. *et al.* (2009).

The Happy Planet Index 2.0. New Economics Foundation.

CHANG, HA-JOON, (2011). **Institutions and economic development: theory, policy and history.**

Journal of Institutional Economics, 7, pp 473-498.

CORONATO, M. (2010) **Economistas ainda tentam medir a felicidade.** Revista Época Disponível

em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI196755-15223,00->

ECONOMISTAS+AINDA+TENTAM+MEDIR+A+FELICIDADE.html

FURTADO, C. (1974) **O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.**

HERCULANO, S.C. Qualidade de vida e seus indicadores. In: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niteroi: Eduff, 2000.

MARKS, N., ABDALLAH, S., SIMMS, A., THOMPSON, S. *et al.* (2006). **The Happy Planet**

Index 1.0. New Economics Foundation.

MEIER, G., BALWIN, R., et al (1957) **Economic Development: Theory, History, Policy.**

OLIVEIRA, G.B. (2002) **Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba.

PNUD, (2013). **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.**

Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

SACHS, JEFREY *et al.* (2013). **World Happiness Report .**

Disponível em:

http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/02/WorldHappinessReport2013_online.pdf

SEN, A. (2000). **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

STIGLITZ, J., AMARTYA, S., FITOUSSI, J.P., *et al.* **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.**

Disponível em:

http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

Versão em Português, disponível em:

<https://territorioobservatorio.files.wordpress.com/2013/04/relatc3b3rio-da-comissc3a3o-sobre-a-mensurac3a7c3a3o-de-desempenho-econoc3b4mico-e-progresso-social.pdf>

